

A COMMODIFICAÇÃO DO CONHECIMENTO MATÉRIA-PRIMA E AS NOVAS METAMORFOSES DO BRAZILIAN ACADEMIC CAPITALISM

Alisson Slider do Nascimento de Paula
Centro Universitário Inta - UNINTA 1

Resumo: O texto objetiva analisar o *modus operandi* do capitalismo acadêmico que é irradiado no Brasil e suas decorrentes implicações para o conhecimento científico. O roteiro metodológico corresponderá a um estudo documental que buscará em documentos de organismos internacionais, além de documentos específicos à particularidade brasileira conotações para as diretrizes para a educação superior brasileira. Além disso, usar-se-á uma revisão de literatura. Considera-se que não obstante os apontamentos para o empresariamento da educação superior através de parcerias público-privadas que subsidiam a expansão do setor privado-mercantil da educação superior a partir de sua financeirização via fundos de investimentos e espoliação do fundo público, novas medidas buscam impulsionar o desmonte das instituições federais para adequá-las ao padrão da *New American University* que se caracteriza como o movimento de mercantilização da produção científica e investimentos privados no setor público, buscando, desta maneira, a constituição da *World Class University*. No limite, a irradiação das Edtechs, doravante pademia da covid-19, possibilitou que setores empresariais vinculados à algumas esferas da educação, sobretudo da atuação de EdTechs a buscarem efetivar o mercado da aprendizagem de modo oportunista e sem considerar o futuro da educação pública estatal.

Palavras chave: Capitalismo acadêmico. Edtechs. Empresariamento.

Introdução

O texto objetiva analisar o *modus operandi* do capitalismo acadêmico que é irradiado no Brasil e suas decorrentes implicações para o conhecimento científico que em uma formação social periférica, de capitalismo dependente, o conhecimento adquire roupagem de matéria prima e incorpora teor de *commodities*.

O roteiro metodológico corresponderá a um estudo documental que buscará em documentos de organismos internacionais, além de documentos específicos à particularidade brasileira conotações para as diretrizes para a educação superior brasileira. Além disso, usaremos uma revisão de literatura para apoiar a análise. As bases de dados utilizadas serão: Scielo, ERIC e Portal Periódicos Capes. É lícito salientar que usar-se-á apenas textos de domínio público. Os critérios de inclusão e exclusão corresponderão à pertinência do tema deste texto. Portanto, é um estudo crucial e necessário para a política de educação superior brasileira no contexto de crise.

O capitalismo acadêmico brasileiro no cenário de crise

O conceito de capitalismo acadêmico emerge nos estudos de Sheila Slaughter e Larry L. Leslie (1997), em sua obra intitulada “*Academic capitalism: policies, and the entrepreneurial University*”, a obra se debruça nos marcos da realidade da universidade norte-americana, apontando a reorganização das atividades e práticas rotineiras das universidades em busca de lucratividade. Em acréscimo, é destacado que as instituições de ensino superior se habilitaram em comercializar suas produções científicas.

É lícito ressaltar que o termo capitalismo acadêmico é utilizado para expor a forma pela qual as universidades públicas estavam se adequando às demandas neoliberais em tratar política de educação superior como política econômica. Muito se avançou nas análises acerca do capitalismo acadêmico, uma vez que houve a necessidade de desvelar as condicionalidades do mercado no contexto da financeirização do capital bem como seus desdobramentos na particularidade local.

Com os Estados Unidos da América posicionando-se como hegemonia entre as nações no século XX, sua cultura passa a ser irradiada às demais formações sociais decorrendo na redução da soberania desses países além de influenciá-los aos moldes da globalização. No século XXI, por conseguinte, não obstante a crise estrutural do capital, os Estados Unidos mantêm sua posição.

Nesse panorama, o capital mundializado orienta a *New American University*, tendo em vista que a produção do conhecimento deve ser voltada para comercialização e competitividade, isto é, explicitando o caráter utilitário do conhecimento. Em decorrência da Divisão Acadêmica do Trabalho, os processos e produtos de alto valor agregado têm condicionado a operacionalidade das universidades em escola global. Esse contexto se centra na lógica da predominância financeirizada que torna exequível vantagens aos Estados nacionais do centro capitalista. A concepção de universidade, nos EUA, trata da universidade de classe mundial, na qual sua disseminação lhe é de fundamental e estratégico interesse, podendo fazê-lo por meio das instituições mundiais em face da atual geopolítica mundial que confere a este país posição privilegiada. Com isso, o tipo de conhecimento que as universidades deste modelo produzem é voltado para a economia mundializada.

A partir das crises que o capital se deparou – crise estrutural da década de 1970, e a crise financeira de *subprime* eclodida em 2008 – compreende-se que diversos elementos passaram a permear a mercantilização da educação superior, a saber, novos investimentos,

marketing e comportamento de consumos constituíram a estrutura do capitalismo acadêmico, em especial a incorporação da identidade de consumidores por parte do corpo estudantil. Muito embora esses elementos constituam um cenário complexo, a própria lógica do capital mundializado exigiu um novo tipo de conhecimento: o *conhecimento matéria-prima* no qual se metamorfoseia em produtos e serviços.

Essa lógica, no interior da financeirização, em que o capital portador de juros opera com folga torna exequível – a partir de sua processualidade de empréstimos – os desdobramentos da pesquisa acadêmica em que o conhecimento matéria-prima seja o seu âmago. Com efeito, essa noção econômico-financeira paira sobre as atividades do cotidiano universitário condicionando as pesquisas a apresentarem conhecimento matéria-prima. O conhecimento matéria-prima pode ser configurado como as áreas da biotecnologia e da tecnologia da informação, visto que são áreas com maior inserção e proteção por patentes, detentoras de direitos autorais, além de registros de suas marcas. Nessas circunstâncias, assim como as grandes corporações de indústria ou de serviço, as universidades, através da produção do conhecimento matéria-prima, passaram a buscar extrair lucros desse nicho mercadológico.

Quando lançamos olhos para a realidade do Brasil, a lógica das patentes ainda é muito incipiente, a despeito de seu início datar da década de 1990. Nessa acepção, no Brasil o capitalismo acadêmico parte para a lógica da atuação das instituições privadas e de sua articulação direta com o capital fictício, tendo em vista que se trata da lógica da predominância financeira e que há uma diversificação das fontes de manutenção que atuam na relação Estado e estas instituições, consolidando, dessa maneira, um verdadeiro empresariamento educacional que está diretamente vinculado com o capitalismo acadêmico em decorrência da mundialização do capital de predominância financeirizada. No limite, o capitalismo acadêmico é um setor constituído por formas funcionais de capital.

A inserção de fundos de *private equity*, a expansão dos grandes conglomerados educacionais, as aquisições, fusões e *joint ventures* expressam a financeirização da educação superior brasileira. Em acréscimo, a política de isenção tributária para as Instituições Privadas de Educação Superior (IPES) (Lei nº 11.096/05 que instituiu o ProUni) e a política de financiamento público para as mesmas instituições (Lei 13.530/17 do novo Fies) refletiu em formas fictícias de atuação do capital que contribuíram na manutenção das instituições privadas com finalidade de lucro. No limite, “uma única associação de fundos de investimentos, agrupando os grupos Kroton, Anhanguera e Estácio possuirá 1,5 milhão de

estudantes, 400 mil a mais que todas as 63 universidades federais juntas” (LEHER; VITTORIA; MOTTA, 2017, p. 21). No limite, em 2019, o grupo Kroton anunciou a mudança de nome e criação de uma *holding* com o nome de Cogna que atua com quatro marcas. Essa processualidade ampliará o interesse em direção à educação básica.

O cenário da mercadorização da educação superior brasileira ganha um novo elemento a partir do lançamento, em julho de 2019, do Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras (FUTURE-SE). O referido programa busca estabelecer parcerias entre Instituições Federais de Educação Superior (IFES) e Organizações Sociais (OS), além de fomentar a captação de recursos no mercado para fortalecer a autonomia administrativa e financeira das IFES. O programa é sistematizado em três eixos: 1) gestão, governança e empreendedorismo; 2) pesquisa e inovação; e 3) internacionalização. Com efeito, esse panorama engendra implicações para a estruturação e acentuação do capitalismo acadêmico brasileiro, todavia, agora querendo moldar as IFES brasileiras ao quadro da *World Class University*, uma vez que a *New American University* é sua principal referência (SILVA JR., 2017).

Na Teoria do Capitalismo Acadêmico empreendida por Slaughter e Leslie a preocupação se centra, na maior parte do trato analítico, na produção do conhecimento, o que nos remete às revoluções tecnológicas em que a ciência ganha centralidade em decorrência da produção em massa e do consumo massificado, da linha de montagem, invenção de transportes voadores com peso superior ao ar. Para Silva Jr (2017, p. 120), “esta verdadeira revolução tecnológica, rapidamente ocorrida, obscurece o verdadeiro número de revoluções que, de fato, aconteceram, o que alterou, de forma significativa, o paradigma científico”.

Com efeito, essa lógica tange aos aspectos que tornaram a ciência um poder em desenvolvimento e ao fato de que quem a dominar deterá posição estratégica na geopolítica global. No limite, é nesse panorama que a *World Class University*, na particularidade anglo-saxônica, será constituída e trará consigo as tendências das transformações do mundo do trabalho, das revoluções tecnológicas e da acumulação flexível do capital sob sua hegemonia financeirizada.

A *New American University*, nesse sentido, corresponde à universidade de pesquisa, voltando-se – através de suas descobertas e produções – para o crescimento econômico. Silva Júnior (2017) assevera que as diretrizes dessa processualidade são apontadas pelo conhecimento demandado pelo capital em escala global. O capital mundializado orienta a *New American University*, tendo em vista que a produção do

conhecimento é direcionada para comercialização e competitividade, explicitando, desta maneira, o caráter utilitário do conhecimento. Os processos e produtos refinados e de alto valor agregado, em função da divisão acadêmica do trabalho, têm condicionado a operacionalização das universidades em escola global. Decerto, a concepção de universidade, nos EUA, trata da “universidade de classe mundial”, na qual sua “disseminação lhe é de fundamental e estratégico interesse, podendo fazê-lo por meio das instituições mundiais em face da atual geopolítica mundial que confere a este país posição privilegiada” (SILVA JÚNIOR, 2017, p. 124). Sendo assim, o tipo de conhecimento que as universidades deste modelo produzem é voltado para a economia mundializada.

A *New American University* já realizava, desde a década de 1970, a proteção da propriedade intelectual através da *Plant Variety Protection Act*¹, ou seja, utilizando patentes como instrumento competitivo, sob a ótica economicista do capital, tratando-se um nicho a ser explorado pelo capital. As universidades brasileiras apenas na década de 1990 passaram a realizar esse processo. Destarte, com a produção científica voltada para os interesses do mercado, além da utilização de patentes, é possível asseverar, em especial em função de suas políticas, que a *New American University* não busca nenhuma contribuição complementar às suas produções, logo, a concepção das patentes se opõe à natureza da ciência, assim como do bem público.

O FUTURE-SE, preconizado pelo MEC, busca alinhar-se a esta tendência, contudo, na tradição norte-americana há um envolvimento muito hipertrofiado de investimento privado, mensalidades exorbitantes, além da prática do acúmulo de poupança pelas famílias, para garantir a educação superior para seus filhos. Acrescente-se a isso a lógica da filantropia e das elites empresariais que direcionam fundos significativos para o desenvolvimento de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (DE PAULA; COSTA; LIMA, 2020). Com efeito, o FUTURE-SE compreende que a superação da fragilidade da inovação, bem como dos registros de patentes no Estados Unidos se efetuará através de fomento individuais e privados aos docentes e estudantes aumentando os financiamento privado para os projetos.

Todavia, Leher (2019, s.p.) ressalta que

¹ Consoante Silva Júnior (2017, p. 124), é através da *Public Law 91-577* que se efetua, “a Lei de Proteção de Cultivares, de 1970 (PVPA), é uma lei de propriedade intelectual nos Estados Unidos. O PVPA dá a criadores direitos por até 25 anos de controle exclusivo sobre processos de reprodução de plantas e tubérculos novos, distintos, uniformes e sexualmente estáveis”.

O detalhe primordial que os autores do PL [FUTURE-SE] “esqueceram” foi que a inovação tecno-organizacional de maior complexidade somente se realiza em cadeias produtivas com elos produtivos que investem em departamentos de pesquisa e desenvolvimento próprios e que, por isso, contratam os doutores formados nas universidades. É a existência desses setores que cria condições para o desenvolvimento de novos produtos e processos [...]. Se a Petrobrás, o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Américo miguez de Mello (Cenpes) e a cláusula de P&D da ANP inexistissem haveria, na UFRJ, a pesquisa sofisticada sobre materiais, corrosão, modelagem matemática, dinâmica de fluidos, geologia associada ao petróleo? Se a Petrobras não tivesse sido criada provavelmente pouco ou nada teríamos de pesquisa tecnológica no setor. Quando existem empresas públicas (e mais raramente privadas) que impulsionam a demanda de pesquisa aplicada nas universidades, institutos especializados e IFs para superar seus desafios de P&D com garantia de recursos, as instituições interagem de modo virtuoso e criativo com a pesquisa tecnológica.

A pesquisa desenvolvida por Cattivelli e Lucas (2016) expõe o cenário das Universidades Públicas Brasileiras (UPBs) e da fragilidade no mercado de patentes: das 106 universidades analisadas, foi constatado que 29 universidades tiveram patentes concedidas sendo que juntas produziram 538 patentes. A tabela 1 evidencia a assimetria envolvendo as regiões. O Sudeste está bem à frente das demais regiões, porquanto detém 60,63% das solicitações de patentes, bem como 88,1% das concessões de patentes. A região Sul vem em seguida com 20,13% das patentes solicitadas e 7,25% de concedidas. Ademais, temos o Centro-Oeste com 4,07% de solicitações e 2,23% de concedidas. Por conseguinte, aparece o Nordeste com 13,43% de solicitações e 2,04% de concessões. Por fim, vem a região Norte com 1,74% de patentes solicitadas e 0,38% concedidas.

Tabela 1 - Quantidade de patentes solicitadas e concedidas às Universidade Públicas Brasileiras por Estado

(Continua)

Estados Brasileiros	UPBs	Qtde. de Patentes Solicitadas	(%)	Patentes Concedidas				
				PI*	UM**	C***	(=)	(%)
Acre	1	3	0,04	-	-	-	-	-
Amapá	2	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	2	14	0,2	-	-	-	-	-
Pará	5	104	1,47	2	-	-	2	0,38
Rondônia	1	-	-	-	-	-	-	-
Roraima	2	-	-	-	-	-	-	-
Tocantins	2	2	0,03	-	-	-	-	-
Região Norte	15	123	1,74	2	0	0	2	0,38
Alagoas	3	34	0,48	-	-	-	-	-
Bahia	8	169	2,38	1	-	-	1	0,18
Ceará	6	135	1,9	-	-	-	-	-
Maranhão	3	44	0,62	-	-	-	-	-
Paraíba	3	106	1,49	1	-	-	1	0,18
Pernambuco	4	192	2,71	3	-	-	3	0,57
Piauí	2	58	0,82	-	-	-	-	-
Rio Grande do Norte	3	105	1,48	1	-	-	1	0,18
Sergipe	1	110	1,55	5	-	-	5	0,93

Região Nordeste	33	953	13,4	11	0	0	11	2,04
Distrito Federal	1	144	2,03	10	1	-	11	2,04
Goiás	2	82	1,15	1	-	-	1	0,18
Mato Grosso	2	34	0,48	-	-	-	-	-
Mato Grosso do Sul	3	29	0,41	-	-	-	-	-
Região Centro-Oeste	8	289	4,07	11	1	0	12	2,23
Espírito Santo	1	33	0,46	-	-	-	-	-
Minas Gerais	13	1.264	17,8	65	17	1	83	15,43
Rio de Janeiro	7	527	7,43	36	4	-	40	7,43
São Paulo	8	2477	34,9	321	30	-	351	65,24
Região Sudeste	29	4301	60,6	422	51	1	474	88,1
Paraná	11	738	10,4	16	3	-	19	3,53
Santa Catarina	3	165	2,32	6	-	-	6	1,12
Rio Grande do Sul	7	525	7,4	12	2	-	14	2,6
Região Sul	21	1428	20,1	34	5	0	39	7,25
Total Geral	106	7094	100	480	57	1	538	100

Fonte: Cattivelli e Lucas (2016, p. 71).

Legenda: PI* Patente de Invenção; MU** Modelo de Utilidade; C*** Certificado de Adição.

Das 29 universidades públicas que tiveram solicitações concedidas de patentes, a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e a Universidade de São Paulo (USP) concentram 57,2% da produção de patentes. O que mostra que há uma desproporção no interior do próprio sistema de universidades públicas brasileiras. A tabela 2 expõe o *ranking* das UPBs que mais tiveram patentes concedidas.

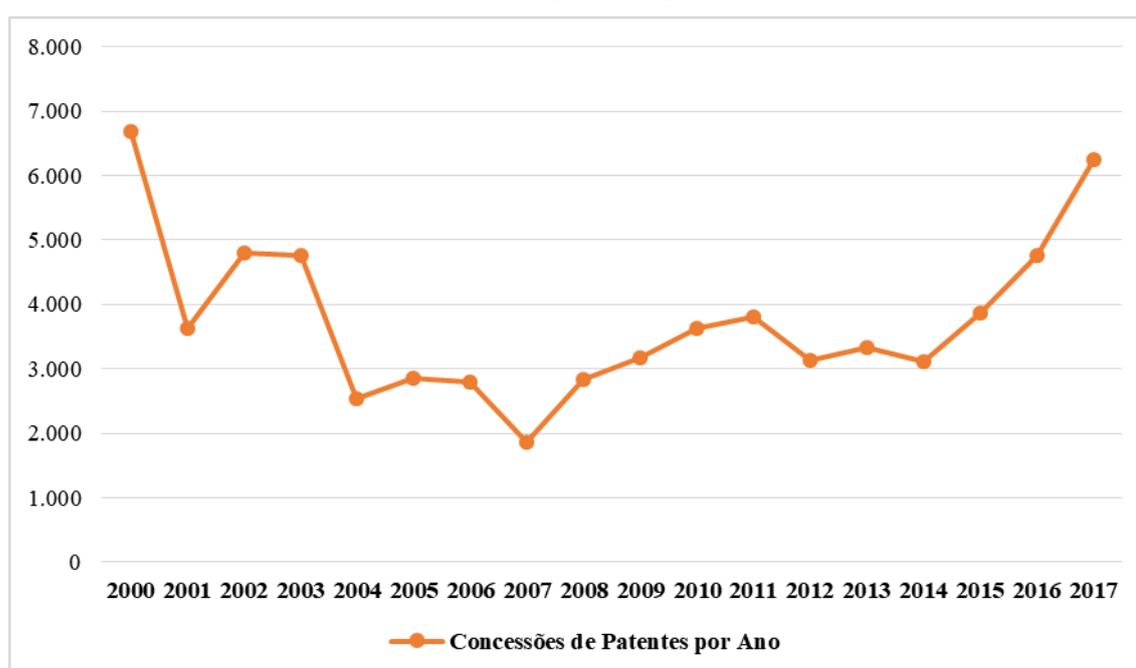
Tabela 2 - Universidades com patentes concedidas

Ordem	Universidades	Patentes Concedidas	(%)
1 ^a	UNICAMP (SP)	170	31,6
2 ^a	USP (SP)	138	25,6
3 ^a	UFMG (MG)	52	9,7
4 ^a	UFRJ (RJ)	39	7,2
5 ^a	UFSCar (SP)	27	5
6 ^a	UFV (MG)	21	3,9
7 ^a	UNESP (SP)	13	2,4
8 ^a	UFRGS (RS)	12	2,2
9 ^a	UNB (DF)	11	2
	UFOB (MG)	6	1,1
10 ^a	UFSC (SC)	6	1,1
	UEM (PR)	5	0,9
11 ^a	UFS (SE)	5	0,9
	UTFPR (PR)	5	0,9
	UFPR (PR)	4	0,7
12 ^a	UFU (MG)	4	0,7
	UFPE (PE)	3	0,5
	UNIFESP (SP)	3	0,5
13 ^a	UNIOESTE (PR)	3	0,5
14 ^a	UFPA (PA)	2	0,4
	UEPG (PR)	1	0,2
	UESB (BA)	1	0,2
	UFG (GO)	1	0,2
	UFF (RJ)	1	0,2
	UGPB (PB)	1	0,2
15 ^a	UFPEL (RS)	1	0,2
	UFRN (RN)	1	0,2
	UFSM (RS)	1	0,2
	UNICENTRO (PR)	1	0,2
Total	29 UPBs	538	100

Fonte: Cattivelli e Lucas (2016, p. 72).

A partir da exposição desses dados, é nítido que há uma assimetria gritante entre as UPBs concernente à quantidades de concessão de patentes. Essa assimetria se localiza na região sudeste que concentra 88,1% das patentes concedidas. De acordo com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), o Brasil teve, em 2017, o maior número de concessão de patentes nos últimos 17 anos. O gráfico 2 expõe linha de queda e crescimento da concessão de patentes no Brasil, sendo universidades, empresas ou inovadores nacionais.

Gráfico 1 - Concessão de patentes por ano (2000 – 2017)



Fonte: INPI (2018).

Conforme o exame do gráfico 1, constatamos que, desde 2000, o Brasil vinha em declínio no número de patentes concedidas, oscilando entre os intervalos dos anos, contudo, em 2017, voltou a ter quantidade semelhante a de 2000, que era de 6.695 concessões de patentes, e, em 2017, foi de 6.250 concedidas. Apesar desses números, essa realidade, vale ressaltar, dialoga com a noção a lógica do capitalismo acadêmico calcada na *New American University*. Todavia, a particularidade brasileira remete a outra lógica, isto é., dos protagonismos da expansão privado-mercantil das IPES. Ora, a lógica das patentes, no Brasil, não detém grande acumulação de capital nem reverbera grande impacto para as universidades públicas. Em verdade, no cenário global, o Brasil, consoante Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI, 2018, *apud* CHADE, 2018), obteve o pior desempenho diante dos 76 escritórios globais responsáveis pelo registro de patentes e propriedade intelectual.

O capitalismo acadêmico se expande de modo particular dependendo da realidade nacional. Nessa acepção, no Brasil a forma mais expressiva do capitalismo acadêmico se dá através da lógica da atuação das IPES e de sua articulação direta com o capital fictício. No limite, o capitalismo acadêmico é um setor constituído por formas funcionais de capital, a despeito de medidas governamentais como FUTURE-SE denotar caminhos para o desmontes das IFES e do incentivo a mercantilização da produção científica, ainda o que prevalece no mercado educacional brasileiro é a expansão das *holdings* educacionais e sua concentração de matrículas, mormente através de financiamento público.

A pandemia da Covid-19 e as novas implicações para o capitalismo acadêmico brasileiro

A pandemia da Covid-19 engendrou e irradiou uma nova configuração para o capitalismo acadêmico brasileiro, a partir das plataformas e valorização financeira de Empresas de Tecnologia Educacional, conhecidas como EdTechs. Este cenário expressa uma conjuntura que metamorfoseia os processos da educação superior global, em especial dos países subdesenvolvidos, aqui dando ênfase a particularidade brasileira.

O documento do Colemarx (2020, p. 13) ressalta que há uma coalização global envolvendo setores empresariais e governos, e que esta coalização é liderada pela UNESCO e envolve outras agências multilaterais, além de grupos empresariais como “Microsoft, Google, Facebook, Zoom, Moodle, Huawei, Tony Blair Institute for Global Change, Fundação Telefônica e outros”. Os recursos mais utilizados no panorama educacional durante a pandemias partem dessa coalização: “Google, Google classroom, Google suíte, Google Hangout, Google Meet, Facebook, Microsoft one note, Microsoft, Google Drive/Microsoft Teams, Moodle, Zoom, Youtube”.

A utilização desses recursos de modo centralizado expressa os interesses da mercoaprendizagem, visto que a financeirização da educação é aprofundada a partir da compra de pacotes de empresas de tecnologias educacionais (EdTechs) pelo setor público. Consoante Moeller (2020, p. 3), as EdTechs possuem como negócio *softwares* voltados para o desenvolvimento de competências e habilidades em dado conhecimento, até produtos que possibilitem “mudanças significativas na operação e gestão das escolas”, decorrendo, inclusive, na “contratação de serviços específicos ou escolas inteiras”. Este panorama já era operado nos EUA através de *Educational Management Organizations* (EMOs) – Organizações de Gerenciamento Educacional – com finalidade de lucro que desenvolvem

e/ou administram escolas. Exemplos de EMOs que melhor caracterizam este cenário são: *Edison Learning Inc.*, que administra escolas públicas charter, e a *Electronic Classroom of Tomorrow*, que se configurava como uma escola on-line. Em acréscimo, existem EdTechs, como a Pearson, que comercializam pacotes educacionais como currículos, programas pedagógicos, serviços de avaliações e desenvolvimento profissional, malgrado se tratem de empresas com fins lucrativos, são financiados pelo setor público a partir de operações financeiras (KOYAMA, 2010).

As EdTechs constituem um campo de corporação multibilionária, e atores corporativos como Google, Microsoft e Apple estão no epicentro. Moeller (2020, p. 6) assevera que “Google, Microsoft e Apple estão lutando pelo domínio nas salas de aula. Todos querem que seus dispositivos estejam nas mãos da próxima geração de consumidores”. É um nicho mercadológico valioso para ser dominado. A rigor, como empresa, as EdTechs, em 2019, atingiram um valor de US \$ 43 bilhões, sendo que aproximadamente metade deste valor está na educação básica.

Com efeito, se olharmos para a movimentação das ações no período de quinze de abril a quatorze de maio na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) verificamos uma queda nas ações das duas maiores *holdings* S/A do setor da educação, a Cogna Educacional (COGN3 -24,18) e a YDUQS (YDUQ3 -20,52%), todavia, três das empresas que fornecem os recursos educacionais para operacionalizarem o ensino remoto no período pandêmico obtiveram valorização de suas ações, consoante o índice NASDAQ, a empresa *Zoom Video Communications* (ZM 10,79%), *Alphabet Inc.*²(GOOGL 7,92%) e Microsoft (MSFT 5,03%) expressam essa valorização de capital.

Nesse sentido, constata-se o cenário de continuidade no aprofundamento da financeirização da educação, contudo, desviando a ênfase das transações, isto é, outrora concentrava-se nas instituições, passando-se a enfatizar nos recursos tecnológicos. Esse fenômeno decorre em severas implicações na formação dos sujeitos, no trabalho pedagógico e no acesso e permanência a educação. O ensino migrou das salas de aula para os aplicativos de videoconferências³.

² A honding Alphabet Inc. é um conglomerado que possui o Google e outras empresas que pertenceram ou estiveram vinculadas ao Google.

³ No que diz respeito à educação superior, as instituições privadas, em sua grande maioria, fizeram essa migração, contudo, conforme o Monitoramento nas Instituições Ensino do Ministério da Educação (MEC), das 69 universidades federais, apenas 12 universidades estão desenvolvendo atividades remotas. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/coronavirus/>>. Acesso em: 17 mai. 2020.

Considerações finais

Este artigo apresentou alguns elementos que condicionam o *modus operandi* da educação superior brasileira a partir do fenômeno da globalização que se realiza via mundialização do capital de predominância financeira. Além dos apontamentos para o empresariamento deste nível de ensino através de parcerias público-privadas que subsidiam a expansão do setor privado-mercantil da educação superior a partir de novas medidas que buscam impulsionar o desmonte das IFES para adequar o padrão da educação superior a *World Class University*.

Em acréscimo, o empresariamento da produção do conhecimento implica na perda da função pública da pesquisa científica, bem como a incorporação da função empreendedora do professor, porquanto terá que buscar recursos privados para financiar suas pesquisas, assim como a venda dos produtos decorrentes delas. No entanto, para o efetivo desenvolvimento, com excelência, da pesquisa científica é necessário estrutura, softwares atualizados, materiais básicos para garantir o trabalho do pesquisador. É lícito ressaltar que em escala global os recursos engendrados pelas próprias universidades públicas possuem finalidade complementar. Ora, as atividades de P&D, formação, são mantidas pelo Estado, até as universidades que ocupam o topo dos *rankings* internacionais dependem de recursos públicos para se manterem. Nessa acepção, o discurso do valoroso “investimento privado” é contraditório, ou seja, os recursos públicos continuam sendo a principal fonte de manutenção da educação superior em escola global.

O movimento em prol do capitalismo acadêmico brasileiro decorrente do capital financeiro. A expansão privado-mercantil possibilitou a certificação massificada através de uma formação aligeirada desvinculada de pesquisa e extensão.

Por fim, a partir pandemia da covid-19 os setores empresariais vinculados à algumas esferas da educação, sobretudo da atuação de EdTechs, buscam efetivar o mercado da aprendizagem de modo oportunista e sem considerar o futuro da educação pública estatal. Em decorrência disso, é necessário questionar essa lógica, buscar implementar o Sistema Nacional de Educação (SNE) apoiado pelas relações cooperativas e colaborativas entre os entes federados, buscando assim uma educação pública, de qualidade, em que os recursos tecnológicos suplementem o currículo, o trabalho pedagógico e a formação, e que os

interesses de lucro sejam elididos para que a educação pública estatal possa atender aos anseios da sociedade no cenário pós-pandêmico.

Referências

CATIVELLI, A. S.; LUCAS, E. R. O. Patentes universitárias brasileiras: perfil dos inventores e produção por área do conhecimento. **Encontros Bibli**, Santa Catarina, v. 21, n. 47, 2016.

CHADE, J. Brasil tem pior desempenho entre maiores escritórios de patentes do mundo.

Estadão – 03 dezembro 2018. Disponível em:

<<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tem-pior-desempenho-entre-maiores-escritorios-de-patentes-do-mundo,70002631113>>. Acesso em: 27 out. 2020.

COLEMARX. **Em defesa da educação pública comprometida com a igualdade social** – porque os trabalhadores não devem aceitar aulas remotas. 2020. Disponível em:

<<http://www.colemarx.com.br/wp-content/uploads/2020/04/Colemarx-texto-cr%C3%ADtico-EaD-2.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2021.

DE PAULA, A. S. N.; COSTA, F. J. F.; LIMA, K. R. R. Diretrizes globais para o capitalismo acadêmico brasileiro dependente: a busca pela construção da World Class University. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 14, n. 02, 2020.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Relatório de atividades**

2018. Brasília, Ministério da Economia, 2018. Disponível em:

<<http://www.inpi.gov.br/sobre/estatisticas>>. Acesso em: 27 out. 2020.

LEHER, R. “Future-se” indica a refuncionalização das universidades e institutos federais. **Le Monde Diplomatique** – 2 de agosto de 2019. Disponível em:

<<https://diplomatique.org.br/future-se-indica-a-refuncionalizacao-das-universidades-e-institutos-federais/>>. Acesso em: 27 out. 2020.

LEHER, R.; VITTORIA, P.; MOTTA, V. Educação e mercantilização em meio à tormenta político-econômica do Brasil. **Germinal: Marxismo e Educação e Debates**, Salvador, v. 9, n. 1, 2017.

MOELLER, K. Accounting for the corporate: na analytic framework for understanding corporations in education. **Educational Researcher**, v. 20, n. 10, p. 1-9, 2020.

SILVA JÚNIOR, J. R. **The new american university**: a busca por resultados comercializáveis: para quem?. Bauru: Canal 6, 2017.

SLAUGHTER, S.; LESLIE, L. L. **Academic capitalism**: politics, policies, and the entrepreneurial university. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1997.

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

Alisson Slider do Nascimento de Paula

Doutor em Educação, Universidade Estadual do Ceará (UECE); Centro Universitário Inta (UNINTA) - Brasil; Programa de Pós-Graduação em Educação da UECE; Grupo de Pesquisa em Trabalho e Política Educacional (GPTPOED); Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (BPI/FUNCAP).
E-mail: alisson.slider@yahoo.com